

TELETRABALHO NO ENSINO EM PORTUGAL: a intensificação e a invisibilidade do trabalho docente

Virgínia Baptista

Tem o cabelo prateado, liso e repuxado à nuca, num monete muito simples; a fisionomia fina e séria, compenetrada, a pele branca e rosada, com veias salientes nas fontes e nas mãos, em meandros, e peles-de-galinha pendentes do pescoço. Veste com irrepreensível asseio e simplicidade, e segura na mão direita, verticalmente no tampo da mesa, um lápis tricolor, hexagonal, de um estranho poder: ela apoia o indicador na ponta aguçada, depois deixa escorregar os dedos ao longo dele, até baixo, dá-lhe uma reviravolta, para um momento, e, sem olhar, recomeça este jogo dez, cem, mil vezes, até que a gente não pode mais desfitá-lo. É uma varinha mágica. Todo o encanto e virtude do ensino reside neste gesto indefinidamente repetido. Quando ela faz de repente uma pergunta, ninguém sabe do que está a falar! Por mais que uma pessoa se esforce por imitá-la, não consegue: o lápis escorrega.

José Rodrigues Miguéis¹

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

Desde meados de março de 2020, devido aos casos identificados da Covid-19, que o modelo da educação, em Portugal, passou a ser à distância. As Escolas básicas e secundárias e as Universidades adaptaram-se ao novo contexto com a implementação de aulas síncronas, por videochamada, para se cumprirem os programas curriculares.

Verificaram-se, também, grandes implicações para a vida dos docentes, principalmente para as mulheres, pelo trabalho ser realizado em casa. De considerar que desde o jardim infantil até ao final do ensino secundário obrigatório, 78% dos docentes são mulheres, muitas das quais se viram confrontadas com a dupla jornada de trabalho em casa – o teletrabalho e a realização das tarefas domésticas, o cuidar das crianças pequenas ou dos progenitores idosos e idosas, o que levou a uma sobrecarga do trabalho das professoras.

1 MIGUÉIS, José Rodrigues. *A Escola do Paraíso*, Lisboa, ed. Estampa, 1989, p. 39.

O teletrabalho na educação merece uma profunda reflexão. Perde-se o direito à Escola, espaço público defendido por todas as organizações internacionais de defesa dos direitos das crianças e jovens, assim como os conceitos da pedagogia e da humanização das relações tão importantes na formação cívica e de cidadania dos estudantes. Também aumenta exponencialmente o tempo de trabalho diário dos docentes, que ocorre ao longo do dia, tornando-se um trabalho invisível, porque realizado em casa e não contabilizado, assemelhando-se ao *sweating system* da era industrial. Existe, pois, o perigo do trabalho à distância se tornar mais apetecível pelo patronato das sociedades neoliberais atuais.

É certo que o tempo vivido atualmente, no contexto da pandemia da Covid-19, foi inesperado, de muitas provações para as pessoas e os governantes pela novidade da doença e as interrogações sobre as atuações mais apropriadas para a salvaguarda das populações. A maior pandemia vivida da história, porque global, teve grande impacto em todos os setores da vida e de profissionais, de uma forma não expetável, como o da educação, o caso em análise neste capítulo.

Em regra, habituámo-nos a observar os estados de emergência e de calamidade pública em países em contextos de guerra ou de catástrofes naturais. Nestes casos, a educação insere-se nos pilares prioritários pensada pelos governantes ou instituições internacionais, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), com atuação no terreno, por exemplo em campos de refugiados, que procuram concentrar os alunos e as alunas em escolas improvisadas, pré-fabricadas ou tendas, onde decorrem as aulas. Saliente-se que mesmo nestas modestas escolas pretende-se manter a relação pedagógica, pessoal, imediata, humana e mesmo lúdica, entre o professor, ou a professora e os alunos e as alunas. Porém, a Covid-19, pela sua imprevisibilidade, levou a maioria dos governos a decretar o estado de emergência (com medidas consideradas adequadas para proteger a saúde pública) e de calamidade (através de medidas de carácter excecional de confinamento pela intensidade da doença) e as pessoas a um distanciamento social como medida sanitária contra a propagação do coronavírus SARS-CoV-2. Daí as experimentações e as mudanças a que assistimos no ensino.

Este capítulo tem por objeto conhecer as novidades que ocorreram no ensino, perante o novo contexto com que se defrontaram as profissionais da educação do ensino básico e secundário, níveis pré-universitários, em Portugal.

A expansão do surto da pandemia levou o Governo a decretar o encerramento das escolas e, em consequência, todo o trabalho de lecionação

passou a realizar-se em casa do e da docente, através de diversas plataformas informáticas.

Numa perspetiva de género temos dois objetivos neste estudo. Primeiro, queremos compreender, num tempo de confinamento de muitas famílias, como se articularam as tarefas que ocorreram no espaço doméstico, as produtivas remuneradas como as reprodutivas de manutenção da casa e dos cuidados da família, tradicionalmente realizadas pelas mulheres. Depois, pretendemos discutir as consequências desta concentração de multiplicidades de trabalhos no mesmo espaço da esfera privada no impacto da qualidade de vida das mulheres.

Outras questões sobre o teletrabalho e a profissão docente cruzam-se no âmbito desta reflexão: Qual foi o modelo pedagógico que predominou, tendo em conta os professores e as professoras envolvidas num trabalho à distância com diversos alunos e alunas? Quais foram os agravamentos económicos decorrentes deste trabalho no domicílio para a mulher e/ou o para o núcleo familiar?

Sem dúvida que as experiências vividas pelas professoras portuguesas serão semelhantes às das suas colegas do setor da educação de outros países da Europa do Sul e da América Latina, tal como fica patente pelas múltiplas experiências de mulheres recolhidas nesta coletânea sobre as mulheres, confinamento e o contexto da Covid-19.

Devido à Covid-19 ser uma doença recente, com graves implicações na saúde pública, tivemos por fontes as estatísticas realizadas pela Direção-Geral de Saúde, atualizadas diariamente, a história oral privilegiando-se as experiências de cerca de 25 professoras do ensino secundário, com quem nos cruzámos diariamente, presencialmente ou por videochamada. Também nos baseámos em legislação sobre a educação, definida na Constituição democrática de 1976, na Lei de Bases do Sistema Educativo, diploma de 1986 que tem sido sujeito a alterações e retificações, em alguns artigos de jornais sobre a doença e a crise sanitária e em dados demográficos recolhidos no site do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 25 de Abril de 1974 foi implantada a democracia em Portugal, com a defesa e instauração de uma escola pública, universal e democrática. Curiosamente, no mundo globalizante do século XXI, em que em muitos países da Europa e da América Latina vigora uma economia neoliberal, poder-se-ão encontrar algumas analogias com o trabalho das economias familiares nas sociedades protoindustriais (SCOTT,1975).²

2 SCOTT, Joan W.; TILLY, Louise. Women's work and family in the nineteenth-century Europe *In: Comparative Studies in Society and in History*, v. 57, n. 1, jan., 1975.

A Escola como local de aprendizagem, sociabilização e cidadania

Começámos este capítulo por um excerto de *A Escola do Paraíso*, um romance autobiográfico do escritor José Rodrigues Miguéis, escrito em 1960, ainda durante a ditadura salazarista. Na parte transcrita, deparamo-nos, num contexto de aprendizagem, com o olhar perscrutador de um aluno face a um sujeito adulto, a professora, que manipula um objeto, um lápis que ele considera mágico, apesar de ainda não o identificar com um símbolo da revolução liberal francesa. Surge um apelo, em primeiro lugar, a uma relação visual, sensorial, apreensível no momento, entre dois ou mais sujeitos. A seguir o observável pela criança conduz à sua indagação, à reflexão e à tentativa de compreensão do observável, cobrindo-se, assim, as etapas do método científico necessárias ao conhecimento.

É através dele que introduzimos a problemática do teletrabalho na educação procurando demonstrar que a Escola é atualmente o espaço de aprendizagem democrática, por excelência, de inclusão de todos os alunos e alunas, tanto aqueles e aquelas da educação especial como de diferentes etnias e de orientação sexual – uma escola inclusiva e multicultural.

Nos princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece-se que “O sistema educativo deverá ser de modo a contribuir para a realização dos alunos, através do pleno desenvolvimento da sua personalidade, atitudes e sentido de cidadania”. (Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986, artigo 3).³

À Escola pública cabe, assim, o cumprimento de um currículo com aprendizagens essenciais, mas também de projetos e atividades que promovam as atitudes e valores de educação para a cidadania, como a igualdade de género, os direitos humanos, o respeito pela diferença. Atualmente está previsto no currículo uma disciplina ou um projeto coletivo interdisciplinar no âmbito da “Cidadania e Desenvolvimento”, em que no enquadramento se explicita o fomento de uma “relação entre o indivíduo e o mundo que o rodeia, construída numa dinâmica constante com os espaços físico, social, histórico e cultural” (ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO, 2018).⁴ Paralelamente, pretende-se evitar o abandono escolar antes do cumprimento da escolaridade obrigatória, até aos 18 anos, que coincide com o final do ensino secundário.

Pela teorização do sistema educativo e na atuação dos docentes, parece consensual que só em situações excecionais, como a vivida atualmente, pode existir um ensino à distância, por ser limitativo nas aprendizagens, globalizante

3 Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n. 46/86, de 14 de outubro, artigo 3º.

4 Ensino Básico e Secundário, Cidadania e Desenvolvimento, p. 1. Inserido no Despacho homologado em 31 de agosto de 2018.

e não personalizado, porque dificilmente se adequa a jovens com ritmos diferentes de aprendizagem.

Por fim, o trabalho efetuado em casa pelos docentes torna-se só virtual, ao exigir o trabalho em plataformas, de aulas síncronas e assíncronas, fragmentando ou anulando a relação pedagógica e pessoal dos professores e professoras com os alunos e alunas.

As mulheres trabalhadoras no contexto demográfico em Portugal

Neste ponto, a partir de dados quantitativos, passaremos a analisar a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Começamos por realçar que as mulheres são a maioria dos profissionais na educação.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2019, 49% dos trabalhadores empregados, quase metade da população ativa, eram mulheres, encontrando-se fora desta percentagem as trabalhadoras em situações muito precárias, sem recibos de vencimento e sem segurança social, como muitas trabalhadoras domésticas e empregadas nas limpezas. Verifique-se que no ano de 1974, ano em que foi implantada a democracia, as mulheres eram 39,7% da população ativa, pelo que houve um aumento de 10% de mulheres trabalhadoras, em 44 anos.⁵

Relativamente às professoras, segundo os dados da Direção-Geral da Estatística da Educação e Ciência, em 2019, 77,9% dos docentes eram mulheres, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, atingindo a educação pré-escolar a mais elevada taxa de feminização, com 99,1% de educadoras infantis. Só no ensino superior a percentagem das mulheres é inferior ficando em 45,10% dos docentes.⁶ Esta situação confirma, como para outros grupos profissionais, que o acesso aos níveis superiores académicos e das empresas é inferior para as mulheres, apesar de mais raparigas estarem a frequentar, em 2019, o ensino superior, perfazendo 54,14% do total dos alunos e alunas.

Em Portugal, devido ao aumento da idade da reforma em consonância com o fator de sustentabilidade do país (que relaciona a idade média de vida com o equilíbrio da segurança social), a idade da reforma, sem penalização, é no ano de 2020 de 66,5 anos, para homens e mulheres, subindo para 66,6 anos, em 2021.⁷ Por este motivo, há uma grande taxa de envelhecimento da profissão docente, logo refletida na idade das professoras em exercício. Os

5 Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquérito ao Emprego.

6 Direção Geral da Estatística Educação e Ciência – Ministério da Educação, Ministério da Ciência da Tecnologia e Ensino Superior.

7 Portaria n. 50/2019, de 8 de fevereiro.

dados do perfil do Docente 2015/16, publicado pela Direção-Geral de Estatística da Educação e da Ciência, confirmam:

A percentagem de professores acima dos 50 anos de idade já é sessenta e uma vezes superior à daqueles que ainda não chegaram aos 30 anos, sendo que só 0,4% dos professores e professoras têm menos de 30 anos.⁸

Atualmente a esperança média de vida das mulheres à nascença é de 83,5 anos e em 1974 era de 71, 4 anos, logo aumentou a necessidade de cuidados aos progenitores mais idosos, que ficam dependentes dos filhos e das filhas (ou frequentemente de Lares).

Ainda a nível demográfico, verifica-se que em 2019 a idade média das mulheres ao primeiro filho é de 30,5 anos, sendo que em 1974 era de 24,1 anos.⁹ Este aumento da idade para a maternidade, aquando do primeiro filho ou filha explica-se pelo prolongamento da vida académica das raparigas, muitas a realizarem mestrados e doutoramentos após as licenciaturas, a consequente entrada mais tardia no mercado de trabalho, pelas dificuldades em encontrar um emprego estável, assim como o consequente adiar do estabelecimento de famílias. Pela mesma fonte, constata-se que o índice sintético de fecundidade é atualmente de 1,42 filhos quando em 1974 era de 2,69, devido à maior integração das mulheres no mercado de trabalho, à crise financeira de 2007-2008 e às exigências com o pagamento elevado com creches privadas (as creches públicas são reduzidas e a maioria delas está ligada a Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Misericórdias, destinando-se às famílias mais desfavorecidas).

Estes dados demográficos explicam os grandes desafios que se colocam às mulheres trabalhadoras e às professoras alvo deste estudo. Há, sem dúvida, um prolongamento quotidiano do teletrabalho, mais exigente, e simultaneamente as professoras têm de prestar cuidados à família, a filhos e filhas e a progenitores, muitas e muitos a viverem sós, em locais por vezes longínquos das filhas, cada vez mais envelhecidas e envelhecidos, sendo o grupo mais fragilizado e com mais óbitos provocados pela Covid-19.

As Mulheres e a Covid-19

A Covid-19, em Portugal, infetou mais as mulheres do que homens, em todos os grupos etários (apesar de ultimamente os números dos rapazes infetados até 9 anos ser ligeiramente superior ao das raparigas; pelo relatório

8 Jornal Diário de Notícias, 1 de outubro de 2017.

9 Jornal Diário de Notícias, 1 de outubro de 2017.

da Direção-Geral da Saúde, em 2 de julho os rapazes eram 609 e as raparigas 581). É possível observar, segundo os dados da DGS que, a partir de março, a pandemia afetou mais as mulheres nas faixas etárias dos 40 aos 60 anos, e os homens do grupo etário 70-79 anos.¹⁰ Estes relatórios diários discriminam os dados por casos confirmados, casos a aguardar confirmação, óbitos, pessoas internadas nos cuidados intensivos dos hospitais públicos, únicos a receberem as pessoas suspeitas ou com a doença, e por concelhos dos doentes infetados, por grupos etários e sexo. Por motivo de proteção de dados, não foram identificadas as profissões das pessoas infetadas, internadas e dos óbitos, com exceções de locais e profissões onde se registaram surtos da pandemia, a partir de junho. É possível prever que as mulheres infetadas, neste grupo etário, estejam ligadas às profissões do cuidar, mais em contacto com pessoas no mundo laboral, tratando-se de trabalhadoras em lares, em hospitais, auxiliares, enfermeiras e médicas, trabalhadoras em refeitórios e em supermercados.

A partir de 18 de maio o Governo aprovou o desconfinamento progressivo de alguns trabalhadores e algumas trabalhadoras, havendo deslocação de muitas populações, das zonas suburbanas para a cidade de Lisboa, em transportes públicos, o que provocou que a Covid-19 se expandisse nas comunidades e nas famílias.

Em 2 de julho de 2020, pelos dados emitidos pela Direção-Geral de Saúde, no Relatório de Situação n.º 122, existiam 18 817 homens infetados e 23 965 mulheres infetadas, ou seja 56%, a maioria das pessoas infetadas. Globalmente estavam 510 pessoas internadas e 77 em unidades de cuidados intensivos, sem discriminação de sexo. Até esta data registaram-se 797 óbitos femininos e 790 óbitos masculinos; os números podem ser explicados pela maior longevidade das mulheres e as doenças crónicas, como as cardiovasculares que afetam mais os homens do que as mulheres e os idosos mais que os jovens.¹¹

No grupo etário de 80 e mais anos estavam infetadas 3601 mulheres para 1721 homens (explicável pela maior longevidade referida). Na faixa etária dos 30 aos 69 anos (é preciso ter em conta que a idade da reforma é de 66,5 anos) existiam 13 814 mulheres infetadas e 11 236 homens infetados, ou seja, 55,15% destas mulheres estavam em idade que as incluiu no mercado de trabalho, podendo ter sido infetadas nos locais de trabalho ou nos transportes públicos. Nos grupos etários mais novos os casos de infetadas e

10 Direção-Geral da Saúde, Relatório de situação (atualização diária desde 3 de março de 2020).

11 SÁ, Sara. Covid-19: Porque é que as mulheres morrem menos do que os homens. *Revista Visão Saúde*. 30 abr. 2020. A mortalidade das mulheres com 80 e mais anos agudizou-se, como se pode verificar nos dados emitidos pela Direção-Geral da saúde em 2 de julho.

infetados eram menores, ultrapassando o milhar na faixa etária dos 20 aos 30 anos, com 3374 casos para as mulheres e 2895 casos para os homens.

A situação da doença em Portugal pode, à partida, ser idêntica à de outros países. Em 27 de Abril de 2020, no artigo do jornal *The New York Times*, *As Women Prove Resilient to Virus, trials test hormones on Men*, assinado pela jornalista Roni Caryn Rabin, constata-se que o corona vírus se espalhou pelo mundo, atingindo principalmente as pessoas mais pobres e mais vulneráveis.¹² Contudo, prossegue a jornalista, as mulheres quer da China, da Itália ou dos Estados Unidos têm adoecido, mas sem a doença se tornar tão agressiva e com mais probabilidades de sobreviver do que os homens. Os médicos e os cientistas em laboratórios e centros de investigação de Nova Iorque e de Los Angeles colocaram a hipótese das hormonas produzidas em grandes quantidades pelas mulheres as estarem a defender, pelo que começaram a aplicar hormonas nos homens. Efetivamente, na mesma data de 27 de abril, verificou-se que em Portugal tinham falecido, até à altura, 460 homens e 468 mulheres, mais 8 mulheres. Especificamente, houve mais óbitos do sexo masculino dos 50 aos 79 anos e as mulheres falecidas maioritariamente tinham 80 ou mais anos, o parece confirmar esta teoria hormonal porque as mulheres entram na menopausa, iniciando-se a paragem da produção das hormonas femininas, entre os 45 e os 55 anos, ainda se encontrando no mercado de trabalho.

As consequências da Covid-19 na vida das professoras

Em Portugal está implantado um regime democrático desde o 25 de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura do Estado Novo, de 48 anos. Na Constituição da República Portuguesa, aprovada logo em 1976, no artigo 74.º sobre educação, ficou especificado que todos têm direito ao ensino com garantia da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Em diversas alíneas ficou especificado que passou a incumbir ao Estado assegurar o ensino básico, público, gratuito, universal, democrático e progressivamente inclusivo. Igualmente, incumbiria ao Estado desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar (o que só acontece para as famílias mais carenciadas).

Num país com um elevado analfabetismo, segundo os Recenseamentos da População, em 1970, o analfabetismo feminino no país era de 31% e o masculino de 19,7%, superior para as mulheres no norte do país (Ramos, 1988).¹³ O Estado comprometia-se a acabar com o analfabetismo (tendo sido ativadas

12 RABIN, Roni Caryn. *As Women Prove Resilient to Virus, Trials Test Hormones on Men*. *The New York Times*, 27 abr. 2020.

13 RAMOS, Rui. *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporânea*. *Análise Social*, v. XXIV, (4.º, 5.º), 1988, p. 1067-1145.

campanhas de alfabetização para adultos e o funcionamento de escolas noturnas). Coube ao Estado, também, estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino (situação que não acontece nem na educação infantil, nem nas Universidades públicas). Outras intenções passaram pela promoção do acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário (situação que tem ocorrido nos últimos anos com a inclusão destas crianças e jovens nas escolas públicas). Ficou também a cargo do Estado assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura e aos filhos dos imigrantes o apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.¹⁴

A escolaridade obrigatória, gratuita e em igualdade para todas as crianças e jovens foi aumentando sucessivamente, até à conclusão do ensino básico, primeiro até ao 6.º ano (crianças com cerca de 12 anos), posteriormente até ao 9.º ano (jovens com cerca de 15 anos) e até ao final do secundário (até aos 18 anos), a partir de 2009.

O teletrabalho na educação deve ser alvo de uma profunda reflexão. Os eixos centrais da educação são a sociabilização entre pares, a humanização das relações entre crianças, jovens e professores e professoras e a aprendizagem conduzida através da reflexão e descoberta, através de diferentes materiais – tecnológicos, livros, trabalhos individuais ou em grupo e debates.

Em Portugal, como suporte teórico pedagógico, a maioria dos professores e professoras do ensino básico e secundário teve nos dois anos da sua formação pedagógica, após os quatro anos de licenciatura, contactou com as pedagogias de Jean Piaget que discorreu sobre os estádios cognitivos da criança e do ritmo diferencial de cada uma. Também conheceram a obra da pedagoga Maria Montessori, que apresentou como alternativa ao ensino tradicional a aprendizagem ao ritmo da descoberta de cada aluno e aluna.

O teletrabalho na educação alterou este quadro de pedagogia ativa relativamente ao ensino-aprendizagem, principalmente na inclusão de todos os alunos e alunas e na identificação e resolução de problemas de aprendizagem no imediato e não evitando o abandono escolar. No entanto, esta foi a solução encontrada, num ano anómalo, não esperado, para se manterem os alunos e alunas em contacto com a escola e com os seus professores e professoras. Quão distante ficou da pedagogia crítica e interativa defendida por pedagogos e pedagogas referidas e de Paulo Freire, referência mundial na pedagogia ativa e anticolonial, centrada nos alunos e alunas mais desfavorecidos (FREIRE, 1972).¹⁵ Enquadrada na Escola Moderna, em Portugal, desde o 25

14 Diário da República n.º 86/1976, Série I, 10 de outubro de 1976.

15 FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Editora Afrontamento: Lisboa, 1972.

de Abril que em muitas escolas se elaboraram jornais impressos ou de parede, elaborados pelos alunos e alunas, seguindo os métodos de Célestin Freinet.

Desde meados de 16 de março que as escolas básicas e secundárias se adaptaram ao novo contexto com a implementação de aulas síncronas, por videochamada, utilizando-se diversas plataformas disponibilizadas pelas Escolas, para se cumprirem os programas curriculares, de cada ano. Isto implicou que professores e professoras ficassem em teletrabalho, cumprindo-se programas de forma diretiva, uniforme e dificilmente inclusiva.

Após terminado o 2.º período, a 27 de março, ocorreram as previstas reuniões de avaliação dos alunos e alunas, através de videochamada.

A evolução da situação da pandemia era imprevisível e durante o período de interrupção letiva da Páscoa, o Ministério da Educação reuniu-se com os diferentes partidos parlamentares para se decidirem e adequar estratégias a fim de se conseguir chegar a todos os alunos e alunas, incluindo as regiões mais recônditas do país. Uma vez que a rede da internet não chegava a todos os locais, optou-se por recorrer a aulas dadas por professores e professoras através de um canal público de televisão (experiência que já tinha ocorrido em Portugal de 1964 a 2000, para se cumprir o ensino obrigatório até ao sexto ano). Este recurso denominou-se estudo em casa, para alunos e alunas do 1.º ao 9.º ano, com um horário semanal para todas as disciplinas curriculares. Paralelamente, mantiveram-se as aulas síncronas, o teletrabalho, com os respetivos professores e professoras, tal como ficou estipulado em cada escola, pelos seus Conselhos Pedagógicos. Em alguns locais mais distantes também se optou por serem as escolas a fotocopiarem fichas de trabalho, a enviarem por correio e a serem entregues em cada casa do aluno ou aluna pelos carteiros.

É de referir que no ensino básico e secundário, cada turma tem no mínimo 26 alunos e cada professor e professora pode ter no mínimo 4 turmas em final de carreira, logo tornou-se progressivamente difícil responder pessoalmente aos e-mails de cada discente. Ao contrário de alguns países europeus, como a França, a Grã-Bretanha e a Itália que cancelaram os exames nacionais para acesso ao ensino superior, em Portugal o Governo decidiu mantê-los presencialmente nas escolas, desde o dia 7 de julho, com a argumentação da não existência de passagens administrativas.

Inúmeras foram as dificuldades sentidas pelas professoras e que passarei a enumerar. Relativamente às aulas presenciais que tinham por objetivo preparar para os exames nacionais as direções das escolas dispuseram as salas para as turmas. Tentou-se que não houvesse aulas em salas contíguas. Inicialmente as turmas tinham até 9 alunos e alunas, mais tarde até 12 alunos e alunas. À porta da escola as funcionárias identificavam quem entrava, eram entregues máscaras e luvas a todas e todas, assim como a possibilidade do uso de desinfetante. O tempo semanal de cada disciplina era de 90 minutos,

as carteiras dos alunos e alunas estavam separadas em 1,5 m, viradas para a frente, todos e todas tinham obrigatoriamente de usar máscara. Em Portugal, sendo final de Primavera e início de Verão, apesar das salas estarem arejadas, não foi cómodo aos professores e professoras falar durante 90 minutos com a utilização da máscara.

Relativamente ao ensino à distância as professoras com quem conversei indicaram as principais dificuldades. As que tinham bebês e menores de 12 anos sentiram uma grande dificuldade em coordenar e separar o cuidar das crianças com o trabalho das aulas síncronas a horas marcadas e as assíncronas, com a colocação de trabalhos em plataformas, verificação de trabalhos, o envio e a recepção de e-mails aos alunos e alunas, em várias horas do dia. Para mais, muitas acompanharam as aulas dos filhos e filhas pela televisão e orientaram o estudo das crianças. Durante o tempo do confinamento, em que só era possível sair para a deslocação a supermercado, ida à farmácia, por motivos de saúde, ou levar os cães à rua, as crianças sentiram um isolamento com exterior. É curioso verificar que as professoras, mesmo que os pais das crianças estivessem também em teletrabalho, continuam a assumir que são elas que têm de cuidar das crianças e do trabalho doméstico. Não será novidade que ainda atualmente se mantém a tradicional divisão do trabalho doméstico e com as crianças. Outra professora, divorciada, com uma filha portadora de deficiência, referiu que pelo pai estar a trabalhar no ramo da saúde foi ela que esteve com a filha nas 24 horas do dia. Grande parte das professoras expressaram a preocupação pelas mães e pais, já de 80 ou mais anos, ainda autossuficientes, mas aconselhados a manterem-se em casa pelas autoridades de saúde por pertencerem aos grupos de risco, e menos imunes às doenças. Elas tiveram de fazer as compras de alimentos e medicamentos, semanalmente, entregá-las em casa destes progenitores e irem controlando diariamente as suas saúdes. Algumas professoras também tiveram a seu cargo o pai ou a mãe, o sogro ou a sogra no meio familiar, alguns e algumas a necessitarem de cuidados médicos devido a outros problemas de saúde. No caso de uma jovem professora grávida, foi decidido com o profissional de saúde que a acompanhava, manter-se de baixa médica, durante o presente ano letivo.

As professoras que tinham filhos e filhas adolescentes e já nas universidades a preocupação passou pelo seguimento do seu estudo, incentivo e da preparação dos respetivos exames que nas universidades também foi on-line.

De salientar que em muitas famílias havia duas e mais pessoas em teletrabalho ou a ter aulas on-line, pelo que a rede da internet nem sempre suportou esta sobrecarga e houve um aumento dos gastos com a eletricidade e a internet.

Vivendo-se em família 24 horas, com reduzidos contatos com o exterior, foram previsíveis situações de maior tensão, conflitos e violência física e verbal. Devido a esta maior convivência familiar existiram situações de

violência doméstica sobre as mulheres. Por fonte jornalística sabe-se que os pedidos de ajuda à Rede Nacional de Apoios a Vítimas de Violência Doméstica aumentaram, entre 30 de março e 7 de junho, coincidindo com um período de confinamento. A Rede fez cerca de 16 000 atendimentos. As linhas de apoios nacionais receberam cerca de 698 pedidos de ajuda.¹⁶ Um total de 564 vítimas foram retiradas de suas casas, devido ao carácter de urgência.

Das duas professoras que vivem sós, não sentiram tanto a sobrecarga da articulação do teletrabalho com o trabalho doméstico, mas houve um sentimento de grande solidão, angústia e momentos de desespero, devido ao isolamento social pedido, e que terá propiciado depressões, sentimentos negativos e acentuando o *burnout* docente, que levou ao cansaço profissional, exaustão e distúrbio emocional,¹⁷ assim como a um empobrecimento devido às despesas não serem repartidas.

No final do ano, alunos, alunas, professores e professoras fizeram um balanço do ensino à distância. Este mostrou as fragilidades pelo controlo ou acesso de docentes e estudantes às novas tecnologias, as plataformas disponibilizadas pelas Escolas, nomeadamente refletiu a falta de formação na tecnológica, as falhas da rede em algumas localidades e a ausência de computadores para cada aluno e aluna nas famílias mais desfavorecidas, conduzindo à falta de equidade no acesso à educação. Também se perdeu o afeto pela escola ou entre alunos, alunas e professores e professoras.

A FENPROF (Federação Nacional de Professores), constituída por sete sindicatos do continente, das ilhas da Madeira e dos Açores e do estrangeiro, num inquérito que realizou à classe docente nas duas primeiras semanas de maio, em que responderam 3548 docentes, concluiu que 54,8% dos professores e professoras não conseguiram contactar com os alunos e alunas por internet ou outro meio até meados do mês de maio. O secretário-geral da Federação Nacional de Professores, Mário Nogueira, recusou o sistema de ensino à distância para o próximo ano invocando que põe em causa a Constituição da República Portuguesa porque nela se defende a existência de uma escola pública “**que seja a promotora da igualdade de oportunidades**”.¹⁸

O relatório “Efeitos da Crise do Coronavírus na Educação”, da Organização dos Estados Ibero-Americanos, publicado em março, colocou questões pertinentes sobre os impactos da suspensão das atividades presenciais. Na Europa coincidia com o final do ano letivo e nos países da América do Sul

16 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Número de pedidos de ajuda duplicou. *Jornal Expresso*, 26 jun. 2020.

17 Um trabalho com base a inquéritos a professores e professoras já tinha sido encomendada pela FENPROF a um grupo de investigadores, coordenado pela Doutora Raquel Varela, da Universidade Nova de Lisboa – Inquérito Nacional sobre as Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal (INCVTE), 2018.

18 LUSA (agência de notícias). **FENPROF rejeita ensino à distância como solução permanente e questiona constitucionalidade**, 8 jun. 2020.

com o seu início ou da sua interrupção. O relatório levanta três questões que consideramos vitais: “Que efeitos pode ter no rendimento académicos do aluno? Como afetará o abandono escolar? Que medidas são necessárias para reduzir o seu impacto educativo e social?”¹⁹

Há ainda a referir que com frequência os alunos e alunas ficavam depois das aulas síncronas a relatar experiências vividas da Covid-19 na família: Uma aluna reportou os pormenores da ausência de familiares no funeral da avó, falecida devido à Covid-19, com uma profunda tristeza que demonstrava a tristeza e o medo. Outro aluno teve os pais, profissionais da saúde com COVID, em tratamento e posterior quarentena, na própria casa, o que não lhe permitia a concentração para estudar para os exames finais. Alguns alunos e algumas alunas apenas demonstravam receio de serem contagiados e mais de 25% dos alunos e alunas inquiridos numa Escola secundária afirmaram que não tinham saído de casa de 13 de março até meados de junho, pelo que não se deslocaram à Escola para as aulas presenciais.

O ensino à distância anulou para as professoras, em grande parte, as relações normais de trabalho, de troca de experiências e ideias ou de simples convivialidade na sala de professores, nos corredores ou à entrada da escola.

Assim, durante este tempo em trabalho à distância, as mulheres viram-se confrontadas com a dupla jornada em casa – o teletrabalho (aulas síncronas e assíncronas e o contacto com os problemas sentidos pelos discentes) e a realização das tarefas domésticas, o trabalho reprodutor que passava pelo cuidar dos filhos e filhas, alguns menores e também das mães e pais mais idosos. Houve na realidade uma sobrecarga para as professoras, um grande esforço para coordenar todas as tarefas que se refletiu no agudizar de problemas de saúde que já tinham e outros surgidos pelo *burnout* e o esgotamento físico. Também as famílias se viram na contingência de usar os seus próprios meios de produção – computadores pessoais que se desgastaram e as despesas com a eletricidade e a internet aumentaram nos rendimentos familiares ou individual.

Reflexões finais

O teletrabalho na educação merece ser alvo de um profundo debate. Perdem-se os conceitos da pedagogia e da humanização das relações tão importantes na formação das crianças e dos jovens.

Os instrumentos de trabalho passaram a ser os de uso pessoal e não os da entidade empregadora, na maioria das vezes o Estado, como o computador, acumulando-se com o aumento das despesas da eletricidade e da internet na economia familiar. Simultaneamente todo o espaço privado, onde decorriam

19 PACHECO, José Augusto. Uma outra escola. *Jornal Público*, 7 de Abril de 2020.

as aulas, passou a ser ao mesmo tempo um espaço público, visível por alunos e alunas e alvo de escrutínio e controlo pelos pais e mães e familiares dos estudantes. Foram relatados nos jornais os momentos das aulas captadas por câmaras e colocados em vídeos públicos como o Youtube, situações que foram alvo de investigação criminal.

O teletrabalho prolongou-se muito para além das 35 horas regulamentadas para a profissão, porque o trabalho realizado em casa, exigiu muitas horas de permanência ao computador.

Sem dúvida que aumentou o tempo de trabalho diário dos docentes, que ocorre ao longo do dia, tornando-se um trabalho invisível, porque realizado em casa e não contabilizado pelo relógio, assemelhando-se ao *sweating system* da era industrial, tal como definido por Joan Scott e Louise Tilly.

Existe, pois, o perigo do trabalho à distância se tornar mais apetecível pelo patronato das sociedades neoliberais atuais até porque de forma mais isolada os trabalhadores e as trabalhadoras com mais dificuldade se organizam sindicalmente e encetam reivindicações específicas de carreira.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO DA REPÚBLICA. n.º 86/1976, Série I, 10 de outubro de 1976.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Editora Afrontamento: Lisboa, 1972.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO. **Lei n. 46/86**, de 14 de outubro, artigo 3º.

LUSA (agência de notícias). **FENPROF rejeita ensino à distância como solução permanente e questiona constitucionalidade**, 8 jun. 2020.

MIGUÉIS, José Rodrigues. **A Escola do Paraíso**, Lisboa, ed. Estampa, 1989, p. 39.

PACHECO, José Augusto. Uma outra escola. **Jornal Público**, 7 abr. 2020.

RABIN, Roni Caryn. As Women Prove Resilient to Virus, Trials Test Hormones on Men. **The New York Times**, 27 abr. 2020.

RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporânea. **Análise Social**, v. XXIV, (4.º, 5.º), 1988, p. 1067-1145.

SÁ, Sara. Covid-19: Porque é que as mulheres morrem menos do que os homens. **Revista Visão Saúde**. 30 abr. 2020.

SCOTT, Joan W.; TILLY, Louise. Women's work and family in the nineteenth-century Europe *In: Comparative Studies in Society and in History*, v. 57, n. 1, jan., 1975.

VIOLENCIA DOMÉSTICA. Número de pedidos de ajuda duplicou. **Jornal Expresso**, 26 jun. 2020.